

## Uso de drogas e maternidade: implicações sociais e legais em um serviço de saúde.

Joana Garcia – Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> ESS/UFRJ

Elis Lago - Graduanda ESS/UFRJ

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o atendimento do Serviço Social junto às jovens com relato de uso de drogas na maternidade do Hospital Federal de Bonsucesso no Rio de Janeiro, a partir da observação sistemática como estagiária. A pesquisa se baseou no perfil do público atendido entre os meses de Julho de 2010 a Julho de 2011. Tais jovens apresentam duas problemáticas complexas considerando a fase da vida que atravessam: a gravidez não planejada e o uso de substâncias ilícitas, as quais, segundo observações realizadas, se concentram preferencialmente no crack.

Neste trabalho, o crack é tratado de modo mais específico, pelo fato de estar cada vez mais disseminado, possuir um alto poder psicoativo, podendo mobilizar um quadro de dependência em um curto espaço de tempo. Tem um apelo mais recorrente para um determinado perfil de usuários que, em sua grande maioria, está referido às classes empobrecidas. Por se tratar de uma substância de baixo custo, cuja circulação se dá de maneira facilitada, tem uma incidência marcante nos indivíduos em situação de rua, entre eles crianças e adolescentes.

Estudos mostram que o contato com a substância ilícita nesta fase pode estar relacionado a diferentes aspectos associados a um momento de transição para a vida adulta. O contato com a substância ilícita pode ser visto como um rito de pertencimento, também pode estar atrelado a vínculos afetivos. Neste contexto a iniciação sexual se dá precocemente e o sexo pode ser encarado como uma moeda de troca para conseguir a própria droga. Tal prática deixa as jovens cada vez mais vulneráveis em virtude das consequências, pois tendem a ficar expostas às doenças sexualmente transmissíveis e até mesmo uma gravidez não planejada.

A gravidez na adolescência mesmo quando desejada, ainda é considerada socialmente como não planejada. Ao ser associada com o relato de uso de drogas, não só a jovem, mas toda a família passa por uma espécie de julgamento moral. A família, que é tida como um lugar de afeto e correção, passa a ser responsabilizada pela situação. A partir do uso e abuso de drogas por parte das gestantes, uma situação real que se impõe é a proteção do bebê, não apenas na condição de feto, mas como criança com direito à convivência familiar e comunitária. No caso de jovens e adolescentes, a situação fica ainda mais complexa porque legalmente os pais ou responsáveis ainda respondem pelos envolvidos. Além da jovem gestante que requer uma série de cuidados, um novo membro demanda cuidado e atenção da família.

O uso das drogas está atrelado a fatores que fazem parte do cotidiano das jovens mulheres em condições de pobreza: risco social, negligências diversas, abandono, violência doméstica. Diante da fragilização recorrente da rede de suporte familiar e institucional e da complexidade dos casos atendidos, é frequente o encaminhamento via judicialização. Coloca-se como desafio a interlocução entre os componentes do sistema de garantia de direitos.